

# História Antiga: Relações Interdisciplinares.

Paisagens Urbanas,  
Rurais & Sociais

Carmen Soares, José Luís Brandão &  
Pedro C. Carvalho (coords.)

# UMA REFLEXÃO SOBRE A EPIGRAFIA CLÁSSICA DA BEIRA INTERIOR COM O AUXÍLIO DOS SIG

(Considerations on classical epigraphy of the Beira Interior (Portugal) using GIS)

MARCOS OSÓRIO (arkmarcos@hotmail.com)  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
CEAACP e Município do Sabugal

**RESUMO-** Partindo dos vários achados epigráficos da Beira Interior, consultados em diversos catálogos e publicações, e tendo ainda em conta os abundantes estudos do povoamento romano deste território, produzimos uma abordagem específica a estes importantes testemunhos da romanização através dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), numa reflexão que cruza fontes epigráficas, metodologias de arqueologia espacial e recursos computacionais.

Com as conclusões obtidas da aplicação destas ferramentas informáticas à problemática das práticas epigráficas na região entre os rios Douro e Tejo, discutem-se algumas questões relativas à dispersão destes achados epigráficos, à sua categorização por tipologias, definindo eventuais áreas de cultos e de ritos fúnebres, e promovendo a sua articulação com os núcleos habitados, as unidades territoriais e as vias de comunicação, com vista à caracterização das populações locais, segundo as suas particularidades económicas, culturais e étnicas.

**PALAVRAS-CHAVE -** SIG; análise espacial; epigrafia clássica; Beira Interior; povoamento romano

**ABSTRACT -** Starting from the numerous epigraphic findings of Beira Interior in many catalogues and publications and taking into account several studies on the roman settlement of this territory, we produced a specific approach to these important testimonies of Romanization through the Geographic Information Systems (GIS), a reflection crossing epigraphic sources, spatial archaeology methodologies and computational resources.

With the conclusions drawn from the application of these computer tools to the problems of epigraphic practices in the region between Douro and Tejo rivers, we discuss some issues related to the dispersion of these epigraphic findings, their categorization by types, defining possible areas of cults and funeral rites, and promoting their articulation with the inhabited centers, the territorial units and the roads, for the characterization of local communities, according to their economic, cultural and ethnic characteristics.

**KEYWORDS-** GIS; spatial analysis; classical epigraphy; Beira Interior; roman settlement

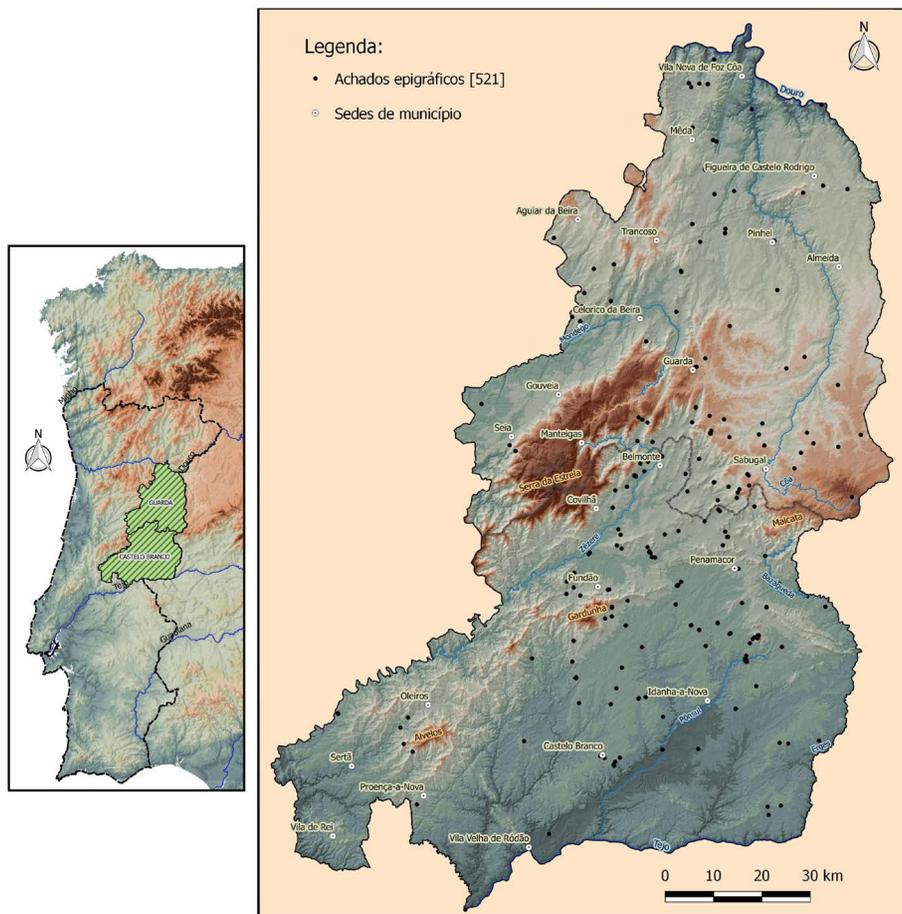
Este trabalho vem no seguimento de outros contributos desenvolvidos para a Antiguidade Clássica da Beira Interior com o auxílio dos SIG (Osório, no prelo), procurando reunir e analisar com estes meios informáticos a abundante informação dispersa que tem sido apresentada pelos investigadores em inúmeras publicações. Há já algum tempo que ambicionávamos fazer uma abordagem à epigrafia da região com esta metodologia digital de trabalho. Embora não tenha sido possível realizar para esta apresentação mais do que estas análises ao fenómeno, por limitação de tempo e espaço, deixamos aqui algumas reflexões gerais sobre o tema, que poderão sofrer mais desenvolvimentos, em futuras oportunidades.

Naturalmente que a 1ª fase do trabalho consistiu na consulta, durante alguns meses, dos antigos catálogos até às publicações mais recentes de epigrafia clássica para conseguir proceder à rigorosa georreferenciação do grande volume de achados epigráficos já publicados nos vários municípios dos distritos da Guarda e de Castelo Branco. Por vezes a informação era insuficiente ou omissa para a sua exata localização no mapa, havendo também naturais repetições, por vezes contraditórias, por vários registos bibliográficos.

Não foi nossa intenção prestar-nos a este labor apenas para produzir a mera cartografia dos achados, mas pretendeu-se criar uma base de dados geográfica para ser trabalhada nesta, e em próximas abordagens, prevendo os necessários campos descritivos na tabela associada aos pontos cartografados e com esses dados sistematizados produzir algumas análises espaciais ao conjunto epigráfico. Ambicionávamos relacionar, de uma forma inédita, estes elementos recolhidos com a informação de cariz geológico e com o contexto arqueológico conhecido dos cadastros de povoamento romano existentes. As questões específicas do domínio do estudo epigráfico não foram aqui examinadas em detalhe por não ser esse o propósito deste trabalho e porque a nossa competência não o permitia. Aquilo que se pretendia era a visão de conjunto, inserida no espaço de estudo.

Foram integradas no sistema informático 521 inscrições provenientes destes dois distritos entre o rio Douro e o rio Tejo (Fig. 1). Para efeitos do estudo pretendido, incluíram-se as anepígrafas e excluíram-se as que estão nos museus regionais com proveniência desconhecida, pois estão espacialmente descontextualizadas. Também as inscrições paleocristãs tardias e os miliários não foram considerados neste texto, embora estes últimos mereçam uma abordagem particular noutro local.

É um bom lote de testemunhos epigráficos e um dos melhores do território português, pelo grande número de achados e pela elevada qualidade dos exemplares documentados. Contudo, temos consciência das limitações deste levantamento e que ele terá as suas lacunas, embora se aproxime bastante daquilo que será o *corpus* epigráfico conhecido neste território português.



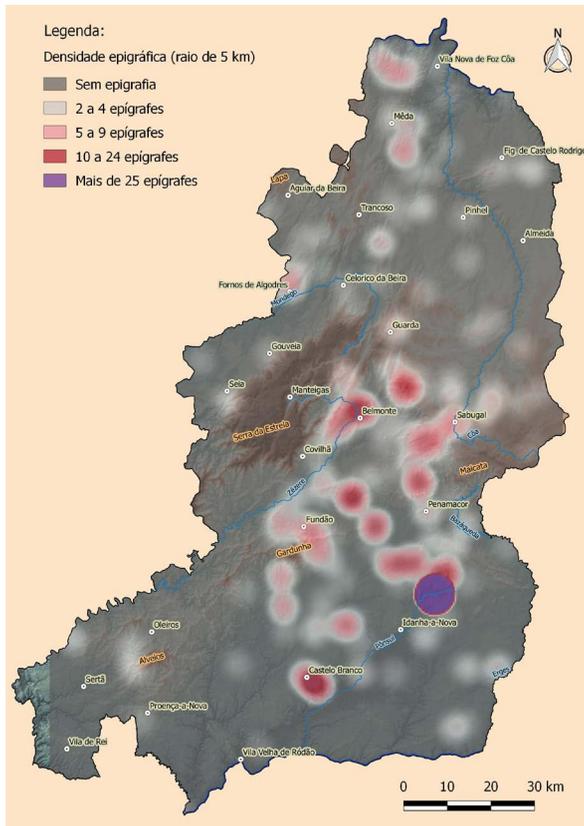
**Figura 1.** Mapa das epígrafes descobertas no distrito da Guarda e de Castelo Branco.

### 1. A PAUTA DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS EPÍGRAFES

Olhando para o posicionamento dos achados epigráficos na Beira Alta e na Beira Baixa, verifica-se que a distribuição é francamente desigual (Fig. 1) – assinalando-se 404 inscrições a sul, contra 117 epígrafes na zona setentrional. Mas não nos esqueçamos que só em Idanha-a-Velha foram introduzidas neste inventário 216 epígrafes (embora o número exato de inscrições, contando com os múltiplos fragmentos, ronde os 229 exemplares: Sá, 2007: 32). Se retirássemos deste cômputo a epigrafia de Idanha-a-Velha esta diferença manter-se-ia ainda em 70 inscrições, a mais, encontradas em terras meridionais. A discrepância de valores terá de ser explicada por razões histórico-culturais antigas ou por diferenças de metodologia de investigação atuais. Cremos que ambas terão influído nos resultados destes levantamentos de campo.

Recorrendo a uma das aplicações SIG do programa *Quantum GIS* (usado neste trabalho) para o cálculo de densidades, especialmente quando lidamos com uma multiplicidade de pontos, determinámos as zonas em que efetivamente se verifica maior volume de achados epigráficos na área de estudo (Fig. 2). O mapa revela que a dispersão não é homogénea, havendo disparidade entre as concentrações elevadas observadas em determinados sítios e as áreas vazias ou com achados residuais no restante território.

Excluindo a grande mancha de achados de Idanha-a-Velha (correspondente a 42% da totalidade da amostra), destacam-se outros focos de ocorrências epigráficas na área de São Martinho e Castelo Branco; os sucessivos núcleos em torno de Monsanto, Bemposta, Senhora da Granja, Torre dos Namorados e Capinha/ Tapada de São Pedro; outras bolsas de maior densidade entre a Meimoa, Santo Estêvão, Sabugal e o Cabeço das Fráguas/Quinta de São Domingos; e a grande extensão de achados entre Orjais e *Centum Cellas* (Fig. 2).



**Figura 2.** Mapa da densidade de achados epigráficos na região estudada.

Estas concentrações justificam-se, por um lado, por serem alguns dos lugares de maior importância na região durante o período romano, correspondendo às primitivas capitais de *civitates*, aos *vici*, aos locais de residência dos indivíduos de maior *status*, bem como a locais de culto atestado arqueologicamente e onde decorriam atos relevantes de interesse público/coletivo (Carvalho, 2007: 516). Mas pode suceder que em determinadas situações este fenómeno se deva apenas a condições especiais de preservação dos monumentos, em contraste com outros sítios com a mesma potencialidade, como por exemplo o assentamento da Póvoa do Mileu (Guarda) e a *civitas* de Almofala, onde o paradeiro das eventuais epígrafes que existiram é desconhecido. No primeiro caso, desconfiamos do seu contínuo reaproveitamento nas edificações medievais e modernas da cidade da Guarda, e no último, a sua remoção para a construção de outros monumentos militares e religiosos do primitivo concelho medieval de Castelo Rodrigo.

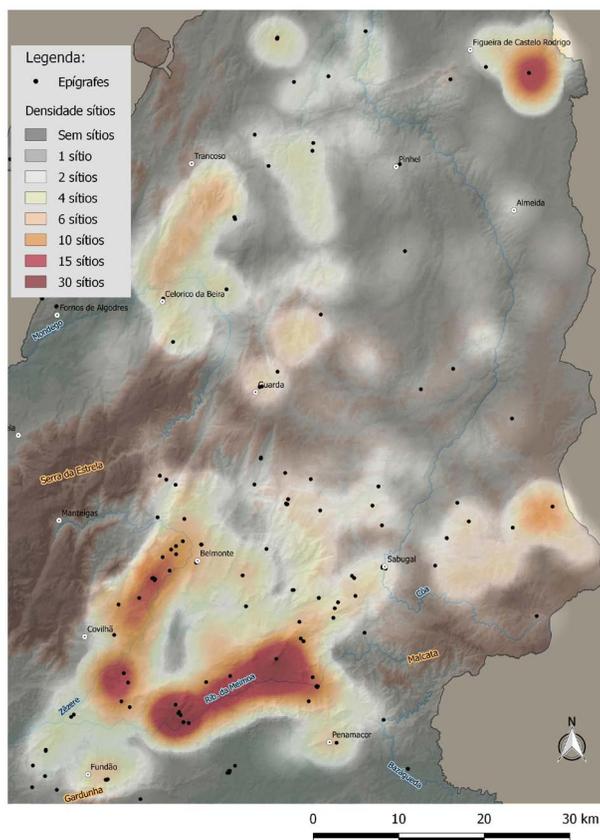
As áreas vazias, em contrapartida, também se explicam pela escassez de campanhas de prospeção, em detrimento de outras zonas onde sabemos que foram desenvolvidos projetos de recolha e publicação contínua, condicionando significativamente esta amostra e as consequentes conclusões. O trabalho desenvolvido na região por determinados investigadores de renome reflete-se na maior abundância de achados atestados nas suas áreas de intervenção.

Seria pertinente verificar agora se esta dispersão de elementos epigráficos teria alguma correspondência no terreno com as manchas de povoamento romano conhecidas. Isso seria fundamental para avaliar o rigor dos levantamentos de campo ou, numa outra vertente de análise, para detetar a existência de pautas de produção epigráfica distintas da ocupação humana do território, ao longo dos primeiros séculos da nossa Era.

Para isso, recorreremos ao mapa de densidade de vestígios romanos apresentado no Simpósio Internacional da Guarda, em 2013 (Osório, no prelo), cingido apenas à região a oriente da serra da Estrela, ao qual sobrepusemos então os achados epigráficos deste estudo (Fig. 3). Aí, constata-se que diversas inscrições aparecem em áreas com povoamento reduzido e, em contrapartida, as zonas de maior densidade ocupacional não têm uma correspondência direta, em termos quantitativos, com as inscrições recolhidas: encontra-se, neste último caso, o sector entre Celorico da Beira e Trancoso, a raia do concelho do Sabugal, a área em torno da Torre de Almofala e as terras ao longo do troço superior da ribeira da Meimoa.

Parece pouco compreensível que em zonas de intensa prospeção e levantamento de ocorrências de cronologia romana, como por exemplo sucedeu nesta mesma bacia da ribeira da Meimoa (Carvalho *et alii*, 2002), não se tenha identificado uma quantidade equiparável de monumentos epigráficos por toda a área. Esta circunstância explica-se fundamentalmente pela matriz do povoamento que aí se regista. É natural que as áreas que evidenciam grandes concentrações de

granjas, casais ou tugúrios não tenham de exibir abundante epigrafia associada, pelas suas características mais sóbrias (Carvalho, 2007: 524). Os residentes neste tipo de assentamentos não reuniam condições socioeconómicas que permitissem encomendar epitáfios para os seus familiares falecidos (Alarcão, 1989: 306).



**Figura 3.** Mapa da densidade de povoamento romano e localização dos achados epigráficos na região a oriente da serra da Estrela

Temos ainda de ter em conta, em prejuízo destas análises, a circunstância de, ao contrário dos sítios arqueológicos que não se movem, as epígrafes serem transportadas para outros locais e grande parte delas ser retirada do seu primitivo assento. Conhecemos nesta região relatos da remoção de inscrições para mais de 10 km de distância e são inúmeros os exemplos de monumentos reutilizados nos aglomerados urbanos e nas ermidas, distantes do seu local de origem (Carvalho, 2007: 531). A quantidade elevada de descobertas epigráficas em imóveis religiosos cristãos de cronologia medieval e moderna mostra isso mesmo: numa

pesquisa muito rápida à nossa base de dados registámos pelo menos 40 casos nesta região e só em situações pontuais esses edifícios assentam sobre sítios romanos.

Aferindo melhor a relação da epigrafia clássica com os assentamentos desta cronologia na Beira Interior, quisemos avaliar que tipo de correlação existiria especificamente com as *villae* assinaladas nesta parte do território (Fig. 4). Esta é a unidade agrícola vital no quadro económico do Império Romano e constitui o canal de penetração da romanização no mundo rural, destacando-se das restantes pela sua pujança arquitetónica, pela qualidade dos *ornamenta* que apresenta e pelos achados de valor que revela, sendo a epigrafia uma das principais manifestações desse prestígio.

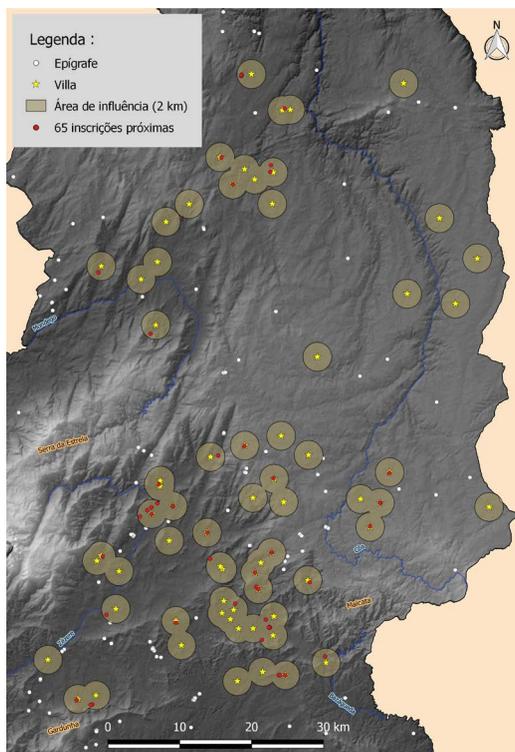


Figura 4. Localização das villae e das respetivas epígrafes existentes dentro de uma área de influência de 2 km.

Para esta pesquisa, considerámos uma área de influência em torno das 68 *villae* da nossa amostra (a oriente da serra da Estrela), com um valor meramente representativo de 2 km de raio, para contabilizar quantas epígrafes se inscrevem nas suas imediações. Obtivemos 65 inscrições nas proximidades (26 eram funerárias e 33 eram votivas), das quais 14 foram encontradas na própria estação arqueológica.



Seguramente, alguns deles terão sido classificados como *vici* pela informação facultada nesses textos: é o caso da ara recolhida na Quinta de São Domingos, do altar da Coriscada (Meda) e da inscrição da Meimoa (Penamacor) (Fernandes *et alii*, 2006: 170-171). Sendo assim, o melhor indicador da presença de um *vicus* tem sido frequentemente uma epígrafe. Mas no caso de *Centum Cellas* (Belmonte), apesar do achado nas escavações arqueológicas de uma inscrição identificando um *vicus*, a investigação tarda em o assumir como tal.

Relativamente à geografia política deste território, se estabelecermos uma nova correlação entre estas manchas de densidade e os sítios que aqui têm sido classificados como possíveis sedes de município, poderemos retirar algumas conclusões muito interessantes sobre o impacto que estes centros populacionais tiveram na prática epigráfica (Fig. 6).

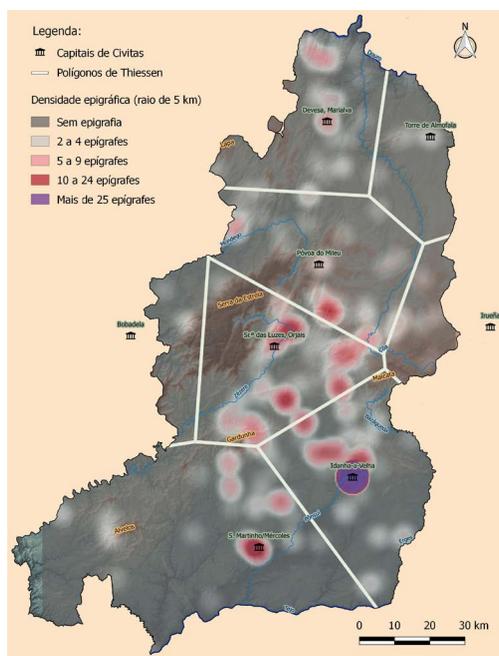


Figura 6. Confronto entre o mapa de densidade de achados epigráficos e as capitais de *civitates* com os respetivos polígonos de Thiessen.

Existem 3 sítios com essa categoria político-administrativa confirmada: Idanha-a-Velha, Marialva e Torre de Almolfa. Depois enumeram-se dois outros assentamentos que reúnem algum consenso para obterem este estatuto - a Póvoa do Mileu e Orjais. Por fim, assinalámos com algumas reticências um centro na região entre Castelo Branco e o Monte de São Martinho, que tem sido apontado por vezes como possível sede de *civitas*. E verificamos que as

três capitais meridionais coincidem com bolsas de concentração de epígrafes, enquanto as sedes nortenhas estão associadas a manchas menos intensas.

Justifica-se fazer algumas reflexões de natureza político-administrativa a estes dados que expliquem estas diferenças entre o Sul e o Norte. Parece deduzir-se que os municípios meridionais manifestam maior desenvolvimento económico e cultural, e ostentam, em consequência, maior número de testemunhos epigráficos como reflexo dessa prosperidade, enquanto nas terras mais a norte a epigrafia não granjeou tanta popularidade, à semelhança de outras regiões peninsulares.

Para analisar estes dados num enquadramento administrativo julgou-se pertinente proceder, também, ao exercício dos Polígonos de Thiessen, tendo estas capitais como centros do respetivo cálculo. Este exercício de análise espacial define teoricamente as hipotéticas jurisdições territoriais destas *civitates*, assinalando os limites equidistantes das sedes. Para adensar a malha, foram adicionadas a cidade romana de Bobadela (Oliveira do Hospital), a poente da serra da Estrela, e Iruña (Fuenteguinaldo), já em território espanhol. Os resultados obtidos com o procedimento são satisfatórios e concordantes com a realidade geográfica envolvente, como tivemos oportunidade de discutir anteriormente (Osório, no prelo).

Ao assinalar essas demarcações geométricas sobre a mancha de densidade epigráfica, constatamos que as inscrições distribuem-se a ritmos diferentes por cada polígono, parecendo que algumas coletividades deram menor expressão à escrita na pedra do que outras (Fig. 6). É o caso da *civitas* dos *Cobelci*, centrada na Torre de Almofala, que é muito pobre em epigrafia, tal como a outra unidade administrativa mesetenha sediada em Iruña. Várias explicações podem ser aventadas para estes dois casos: os monumentos ainda não apareceram ou já se perderam, poderiam ter sido fabricados em materiais perecíveis (algo que se adivinha pelo estudo das decorações das estelas transmontanas: *apud* Redentor, 2002: 204, nota 10) ou simplesmente não constituía uma prática habitual dessas comunidades, provavelmente porque os canais de difusão da romanização não teriam chegado com a mesma força a essas faixas periféricas do território, como também aconteceu na região a ocidente de Castelo Branco.

A cartografia dos achados, para além de salientar a inexistência de uma distribuição regular da epigrafia pelas *civitates* formadas pela ferramenta digital, realça ainda uma anómala intensidade de ocorrências no corredor compreendido entre Idanha-a-Velha e Orjais. A região entre estas duas capitais parece constituir um espaço privilegiado de desenvolvimento económico e sociocultural, onde pontuam diversos *vici* (Fig. 5), assemelhando-se àquilo que poderíamos denominar atualmente como uma espécie de comunidade interurbana.

## 2. OS SUPORTES

Debruçando-nos agora sobre outros parâmetros deste *corpus*, como o material de suporte epigráfico, verificamos que cerca de 96% das epígrafes são executadas em granito, muito abundante na Beira Interior, onde existiriam inúmeras pedreiras que abasteceriam as oficinas epigráficas. Atestam-se apenas 6 inscrições gravadas em xisto, 15 exemplares em mármore e um em calcário. Estes dois últimos correspondem a recursos importados de fora desta região.

Olhando para a localização destes suportes epigráficos na carta geológica da Beira Interior podemos ver que os monumentos aparecem maioritariamente nas zonas granitóides e os exemplares em xisto surgem apenas nas grandes manchas de solos xistosos: a estela de Mós do Douro em Foz Côa, e a sul, os achados da Sertã na serra de Alvelos e a inscrição rupestre junto ao Tejo (Fig. 7).

Constata-se ainda neste mapa que as epígrafes em granito descobertas em zonas de substrato xistoso aglomeram-se tendencialmente na periferia imediata das manchas de granito, não se afastando muito dessas zonas de contacto, salvo raras exceções (Fig. 7). Este facto deve-se ao elevado custo de transporte dos monumentos de granito para regiões distantes dessa matéria-prima, diminuindo aí em quantidade e favorecendo a escolha de outros suportes líticos.

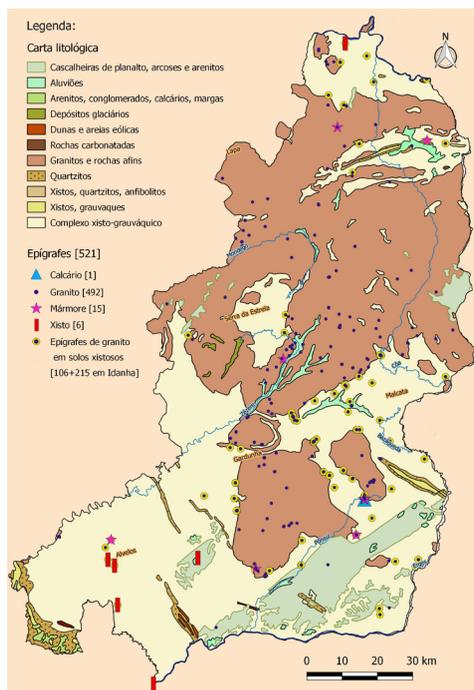


Figura 7. Localização dos diferentes tipos de suportes líticos das inscrições sobre a carta geológica da Beira Interior.

Quanto às peças em mármore, vindas fundamentalmente do Sul de Portugal, registam-se 7 epígrafes funerárias, 3 votivas e 5 indeterminadas, e distribuem-se de modo uniforme pelo território, sem denotar maior incidência do fenómeno em determinadas áreas, salvo a concentração previsível de 7 em Idanha-a-Velha.

Esta regularidade parece explicar-se ao associarmos estes achados aos centros urbanos de 1ª categoria entre o Tejo e o Douro, onde notamos que o mármore aparece praticamente nesses núcleos ou na sua vizinhança (Fig. 8). Isso acontece em Idanha-a-Velha, Orjais e Marialva, bem como nas proximidades de Almo-fala (reutilizado no Convento de Santa Maria de Aguiar) e em Castelo Branco. Apenas a Póvoa do Mileu não revela qualquer peça marmórea epigrafada no local ou nas imediações. Em contrapartida, a ábula anepígrafa de Oleiros e a placa funerária da Senhora do Almortão, feitas em mármore, são os únicos exemplares identificados em zonas periféricas às capitais.

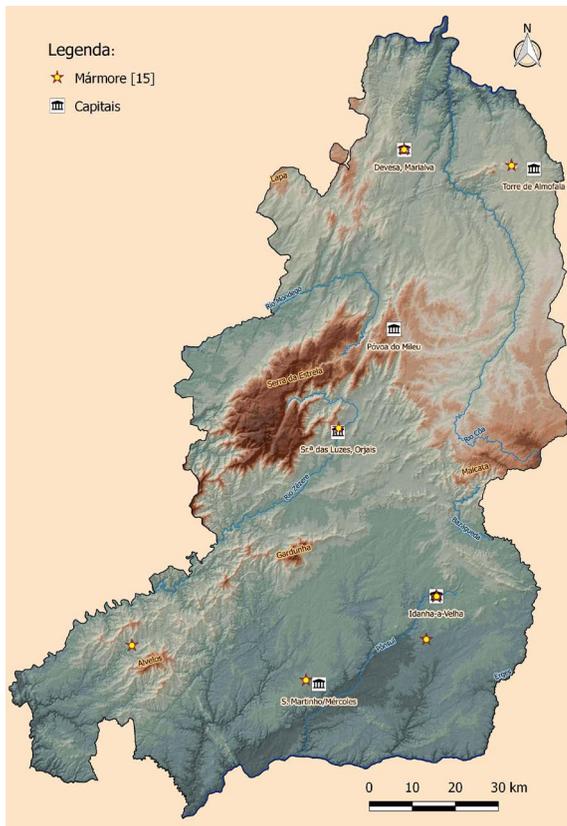


Figura 8. Dispersão pelo território dos monumentos em mármore.

As belas epígrafes em mármore afiguram-se (pelo menos nesta região onde ele é inexistente) como bons indicadores da presença ou proximidade de uma capital de *civitas*, devido ao valor económico que pressupõe a sua posse e ao consequente prestígio que representam, só ao alcance de algumas elites urbanas (Ferreira, 2004: 39).

### 3. ÁREAS DE CULTO, DE RITOS FÚNEBRES E DE ONOMÁSTICA NA BEIRA INTERIOR

Analisando agora a distribuição das epígrafes de acordo com a sua natureza funcional verifica-se que os textos de índole funerária ou religiosa são predominantes em relação às outras categorias, respetivamente 271 e 215 exemplares, com vantagem dos epitáfios em relação aos votos sagrados, como é habitual, embora sem a desproporção observada a norte, na região transmontana (Redentor, 2002: 193) ou no *Conventus Pacensis*, a sul (Encarnação, 1984). Este vigor da epigrafia votiva com um número de exemplares próximo da epigrafia funerária verifica-se também mais para oeste desta região, na *civitas* de Viseu (Vaz, 1997: 177-278).

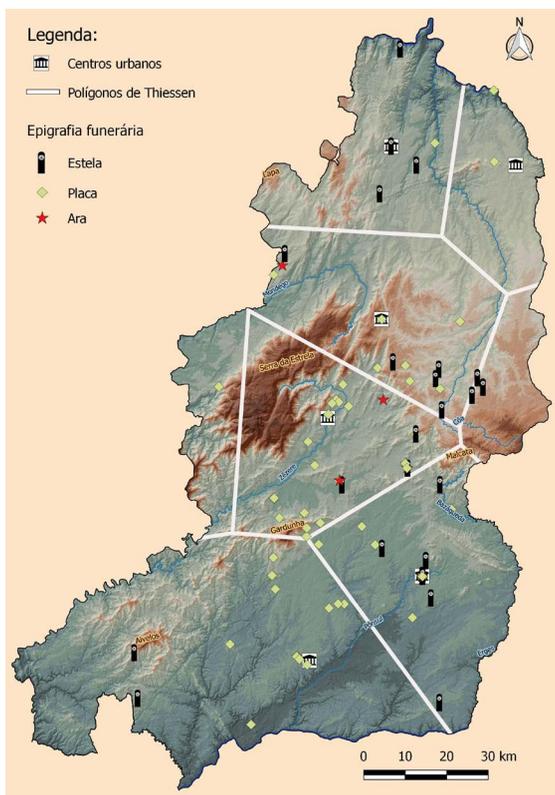


Figura 9. Dispersão pelo território dos três principais tipos de monumentos funerários

Começando esta reflexão pelas inscrições funerárias, seria interessante analisar a distribuição espacial das ocorrências dos tipos de suporte mais comuns neste território: as estelas e as placas (Fig. 9). Enquanto as primeiras teriam uma elevada filiação indígena (Encarnação, 1984: 813 e 826), as outras revelariam já um maior pendor clássico. A cartografia obtida permite concordar com raciocínios anteriores sobre a tendência de as estelas aparecerem em zonas mais afastadas dos centros urbanos, ao contrário das placas molduradas que têm preferência pelas áreas de maior fulgor da romanidade (*Idem*: 823). Somente dois centros urbanos possuem estelas, estando elas completamente ausentes da envolverência das restantes capitais de *civitates*. Verifica-se também que determinadas zonas com presença de estelas ignoram o fenómeno das placas e, pelo contrário, as placas abundam onde as estelas não foram erguidas. Só pontualmente elas coexistem.

Foram assinaladas neste território pelo menos 50 estelas, sendo minoritárias em relação às 145 placas descobertas (das quais 91 procedem de Idanha-a-Velha: embora haja alguma dificuldade em diferenciá-las do tipo designado por “bloco”). São notórias duas regiões de maior domínio das estelas no mundo funerário: Idanha-a-Velha que tem cerca de 26 exemplares e a bacia do Alto Côa, com 7 achados assinalados. Neste último caso, deve-se à forte afinidade que a região demonstra com o mundo indígena da Meseta, que se repercute em outras manifestações materiais como a cerâmica (Osório, 2009: 100-101) e as fíbulas (Ponte, 2014: 13). Este panorama cultural de feição autóctone tem continuidade imediatamente a norte do Douro, na região leste transmontana (Redentor, 2002: 204), e a sul do Tejo, no nordeste alentejano (envolverência de Marvão) (Encarnação, 1984: 822 e 826). Também na Beira Alta, mais propriamente na *civitas* de Viseu, as estelas aparecem em termos quantitativos praticamente a par das placas (Vaz, 1997: 225-272).

Quanto às aras funerárias, elas são meramente residuais, aparecendo apenas 5 vezes. Apesar de poder haver mais casos que não foram bem identificados como tais, é uma prática pouco frequente nesta região (Ferreira, 1984: 39).

Relativamente à epigrafia votiva, ela está presente em todo o território, mas com maior pujança na zona entre Castelo Branco, Idanha-a-Velha e Orjaís (Fig. 10). E enquanto nem todas as sedes de *civitates* possuem suportes de teor funerário, o que é deveras incompreensível, os formulários de natureza religiosa estão presentes em todas as capitais. Cabe perguntar onde param as lápides dos habitantes da Torre de Almofala ou da Póvoa do Mileu? Uma vez mais julgamos que esta circunstância se deve simplesmente à falta de prospeção ou à existência de ritos fúnebres diferentes que não deixaram testemunhos materiais visíveis.

São também frequentes os casos em que deparamos com mais de 6 inscrições votivas juntas, dedicadas a uma mesma ou a distintas divindades. Estes focos cartografados não coincidem com os grandes núcleos populacionais, o que leva

a interpretá-los como santuários particulares de culto, afastados dos principais centros urbanos (como o Cabeço das Fráguas) ou nas suas imediações (como Monsanto e o templo de Orjais).

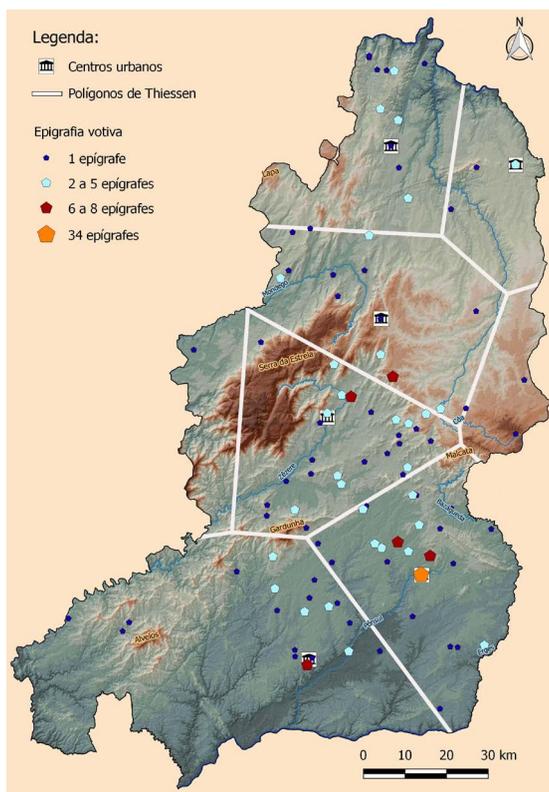


Figura 10. Dispersão pelo território dos monumentos votivos.

O programa *Quantum GIS* que usámos como plataforma de trabalho para esta reflexão tem boas potencialidades tridimensionais, convertendo superfícies digitais do terreno em modelos 3D, o que possibilita a obtenção de algumas panorâmicas inéditas destes principais locais de culto ancestral na Beira Interior. Sendo ambos pontos elevados que constituem referências paisagísticas na envolvente, com a execução destas simulações ampliamos a capacidade analítica ao seu enquadramento geográfico.

É o caso do templo de Orjais (concelho da Covilhã), onde ainda se preservam as estruturas de um ou mais edifícios e onde se testemunha uma boa quantidade de aras nas proximidades, duas dedicadas a *Banda Brialeacui* e quatro a Júpiter (Fig. 11), cultos que se defende terem sido prestados nesse espaço (Alarcão *et alii*, 2013: 77).

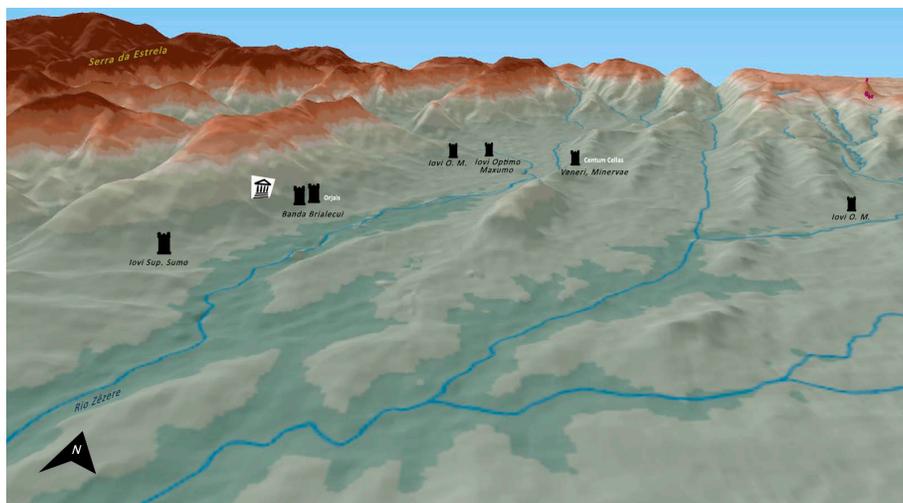


Figura 11. Panorâmica da envólvecia ao templo de Orjais e a dispersão das epígrafes votivas.

Monsanto seria outro local de devoção antiga, conforme se deduz da sua raiz toponímica anterior aos primeiros tempos da reconquista medieval destas terras. Em torno deste imponente relevo, próximo de Idanha-a-Velha, ergueram-se altares a diversas divindades clássicas e indígenas, não podendo dizer-se qual delas estaria associada ao monte sagrado (Fig. 12). *Reva* ou *Marati Boro* parecem ser fortes candidatos: o primeiro pela sistemática ligação aos montes peninsulares (Untermann, 2002: 69) e o segundo pela sua presença exclusiva aqui.

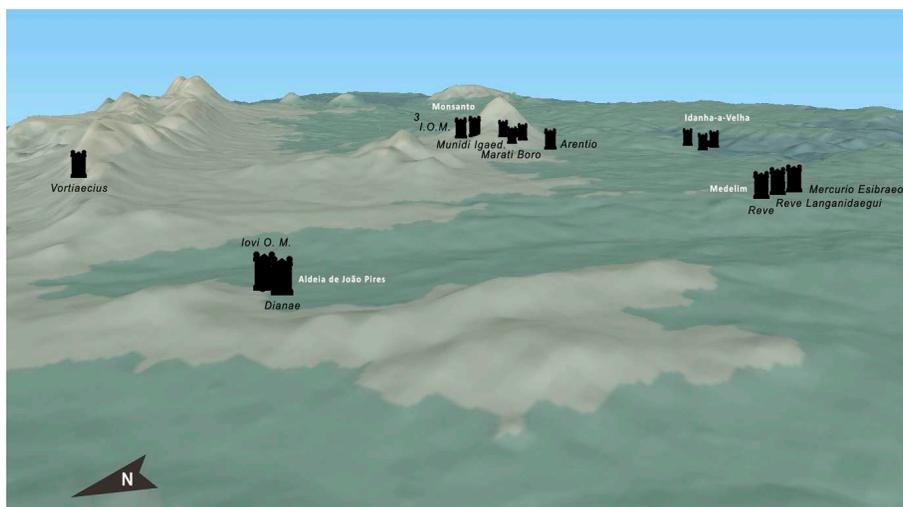


Figura 12. Panorâmica da envólvecia ao relevo de Monsanto e a dispersão das epígrafes votivas.

Outro sítio emblemático semelhante a este é o Cabeço das Fráguas, pela famosa inscrição rupestre que aí perpetuou um ritual de sacrifício animal a 5 divindades indígenas (Curado, 2002; Untermann, 2010; Ribeiro, 2014). Na base desse relevo foram recolhidas 4 aras dedicadas a uma das divindades presentes na inscrição do monte, a *Laepo* (e mais algumas anepígrafas), que provam a existência de um centro de culto.

Nem sempre é possível determinar qual a divindade cultuada nas epígrafes, por estas se encontrarem incompletas ou por apresentarem dificuldades de leitura. Trabalhamos com dados muito incertos que geram alguma relutância na sua interpretação e no estabelecimento de quaisquer conclusões. Todavia, em termos de análise espacial, é possível examinar a distribuição dos cultos indígenas e das devoções clássicas para verificar se existe algum padrão, procurando ainda perceber se os centros urbanos de maior desenvolvimento sócio-económico exerceram alguma influência nos cultos das comunidades (atribuindo uma área de influência com raio aleatório de 15 km), por oposição às zonas mais isoladas e afastadas dos aglomerados.

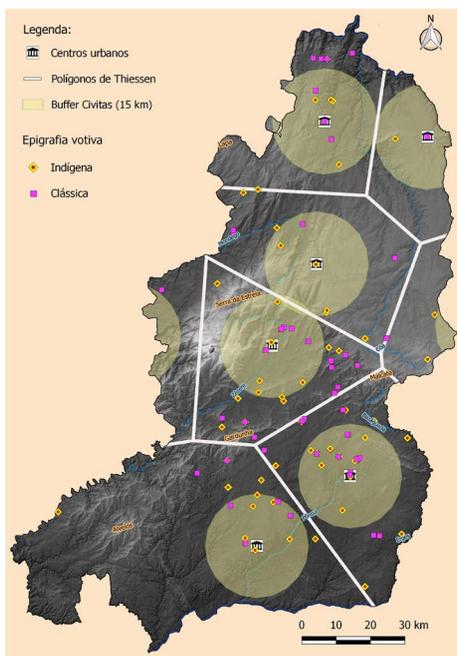


Figura 13. Dispersão pelo território dos cultos indígenas e clássicos.

Aquilo que se pode deduzir do mapeamento dos cultos clássicos e indígenas é que ambos estavam bem difundidos por todo o território, tendo em consideração a quantidade de epígrafes votivas assinaladas (Fig. 13). Percebe-se ainda

que as capitais administrativas não atraem os cultos, nem sequer as dedicatórias clássicas em especial. Ambas coexistem em espaços urbanos e em zonas rurais. O polígono da *civitas* de Orjais é o que reúne mais monumentos religiosos por todo o território, a par de Idanha-a-Velha, onde se reúne maior quantidade de inscrições votivas na própria sede.

Devemos ter em consideração que o mapa assinala cultos praticados ao longo de vários séculos e que vistos em simultâneo não permitem entender a evolução das práticas religiosas e a lógica espacial da sua distribuição ao longo do tempo. Tendo em conta as cronologias propostas pelos epigrafistas para cada inscrição, essa análise espacial não é inviável, mas não constituiu prioridade de trabalho para este texto.

Poderíamos produzir cartografia específica para cada diferente culto, todavia por agora versaremos especialmente a dispersão das aras erguidas a Júpiter (assinaladas 34 vezes), que mostra maior incidência na faixa entre Idanha-a-Velha e Orjais. Sendo a divindade máxima do panteão clássico ela foi venerada em algumas capitais – Marialva, Almofala, Idanha-a-Velha e perto de Orjais (no seu templo), como seria habitual, faltando nas outras (Fig. 14). A sua devoção tanto se regista na órbita de influência das urbes romanas como fora delas, pois a divindade tanto ganhou vínculo urbano, como rural.

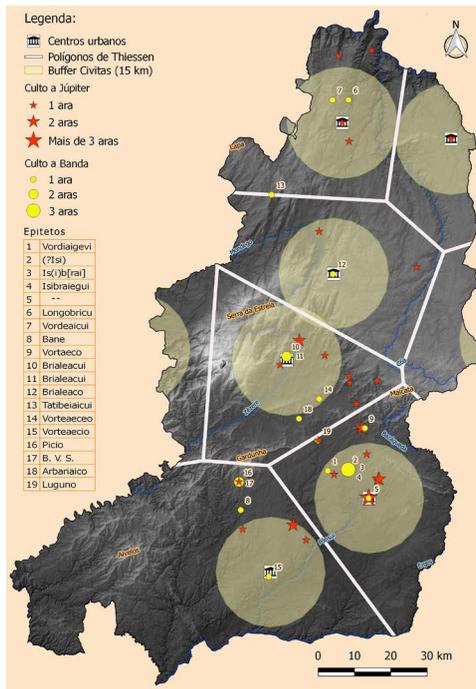


Figura 14. Dispersão pelo território dos cultos a Júpiter e a Banda.

O culto indígena que merece um comentário neste texto são as divindades do grupo *Band-*, por serem muito abundantes e frequentemente estudadas nesta região, com 18 exemplares já devidamente identificados, associados a vários epítetos tópicos ou funcionais (Fig. 14). A cartografia destes achados epigráficos volta a destacar a grande concentração de exemplares na região que se estende entre Idanha-a-Velha e Orjais, onde se regista maior número de consagrações, numa disposição territorial muito semelhante à de Júpiter. Tem também a particularidade de estas divindades indígenas só aparecerem nas quatro capitais meridionais – Castelo Branco, Idanha-a-Velha, Orjais e Póvoa do Mileu, embora a sua devoção se estenda para as terras da bacia do Douro (Fig. 14).

Poderíamos ter produzido muitos outros exercícios de análise espacial para retirar mais conclusões sobre a epigrafia da Beira Interior, mas trataremos apenas de um caso aplicado à onomástica, analisando a dispersão pelo território do antropónimo *Tanginus/Tancinus*, muito frequente nesta região (Prósper, 2002: 107). A figura 15 permite ver que as 39 inscrições onde a antroponímia foi identificada revelam como áreas de maior preferência a região do Alto Côa (com 8 menções) e a zona da Capinha/Tapada de S. Pedro (com 4 indivíduos mencionados), para além dos 15 exemplares existentes na capital dos *Igaeditani*. Todas as *civitates* enumeram na sua população indivíduos com este nome pessoal, exceto a dos *Cobelci*, embora o enorme volume de achados em Idanha-a-Velha a converta na residência preferida deste antropónimo.

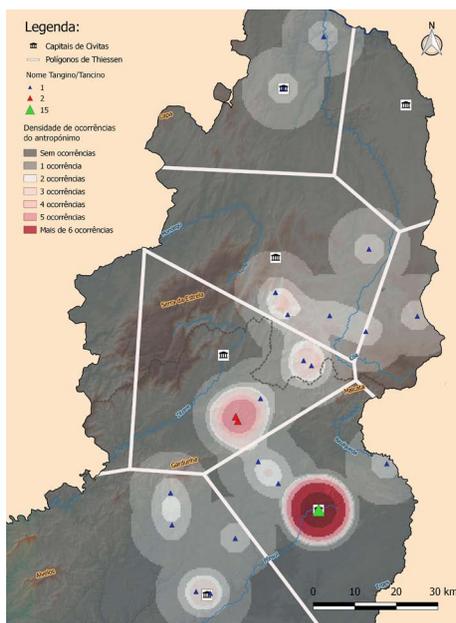


Figura 15. Dispersão pelo território do antropónimo Tangino/Tancino.

Para concluir esta reflexão, introduzimos um último elemento de enquadramento das epígrafes que é a rede viária antiga. Sobre este assunto muito haveria a dizer e terá necessariamente de voltar a ser analisado em próximas ocasiões, com o auxílio dos miliários. Por agora, a questão fundamental era saber se existia alguma relação direta entre as áreas de maior concentração epigráfica e os principais percursos romanos da Beira Interior.

Ao traçarmos as propostas viárias do Professor Jorge Alarcão (2013: 17), que atravessam este território no sentido norte-sul, constatamos que, de facto, elas coincidem com as bolsas de maior concentração epigráfica (Fig. 16). Agora entendemos melhor a referida disposição sequencial destas manchas na cartografia, como estando relacionadas com os eixos de passagem desses caminhos. As povoações e estações viárias atravessadas por estes corredores foram naturalmente influenciadas pelo fenómeno da escrita na pedra e as vias foram veículos importantes de difusão da aculturação romana nas comunidades indígenas.

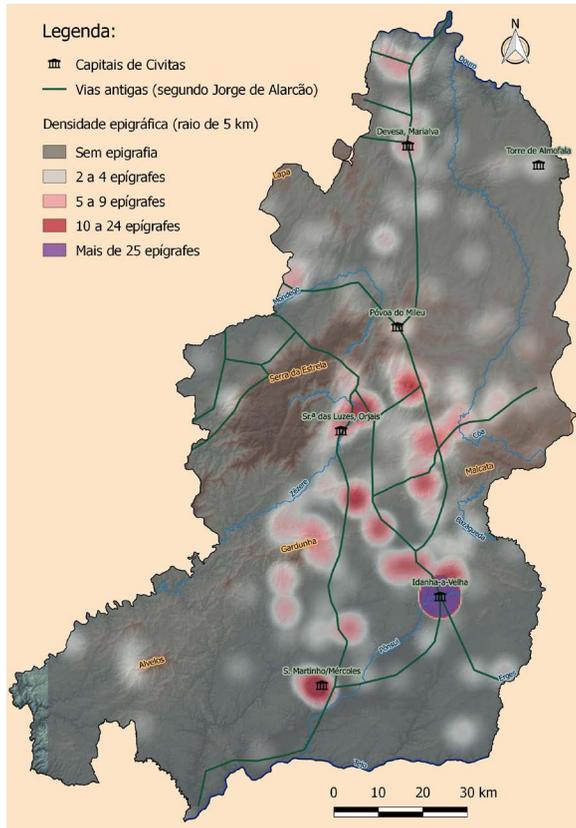


Figura 16. Rede viária romana da Beira Interior sobre a superfície de densidade epigráfica.

Concluimos estas considerações afirmando que qualquer análise espacial em ambiente SIG, como as que aqui foram mostradas, é um auxiliar importante na investigação, pois faculta interpretações únicas para o estudo do fenómeno epigráfico e do respetivo povoamento romano da Beira Interior. A representação gráfica promove raciocínios que de outra forma não se formulariam durante o processo de reflexão. Este inventário epigráfico da Beira Interior constitui uma informação espacial fantástica que será constantemente ampliada com novos achados e que possibilitará a realização de muitas outras análises em próximas oportunidades.

## BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. de (1988) - *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América [Fórum da História; 1].
- Alarcão, J. de (1989) - Geografia política e religiosa da civitas de Viseu. *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu* [Coleção Ser e Estar: 2]. Viseu, p. 305-314.
- Alarcão, J. de (1990) - Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In *Les Villes de Lusitanie Romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), p. 21-34.
- Alarcão, J. de (1995) - Aglomerados urbanos secundários romanos de entre Douro e Minho. *Biblos*. Coimbra. 71, p. 387-401.
- Alarcão, J. de (2001) - Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:2, p. 293-349.
- Alarcão, J. de (2013) - *A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*. Coimbra: CEAUCP.
- Alarcão, J. de; Carvalho, Pedro C.; Madeira, José Luís; Osório, Marcos (2013) - O templo romano de Orjais (Covilhã) e a sua bacia de visão. *Conimbriga*. Coimbra. 52, p. 67-128.
- Almeida, F. de (1956) - *Egitânia: história e arqueologia*. Lisboa: Universidade.
- Barata, L.; Leitão, M. (1982) - Breves notas para um catálogo da epigrafia romana de Penamacor. In *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor (5, 6 e 7 de Outubro de 1979)*. Penamacor: ARCINPE (Associação Regional Arqueológica e Defesa do Património de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor), p. 101-116.

- Carvalho, P. C. (2003) – O Templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural. *Conimbriga*. Coimbra. 42, p. 153-182.
- Carvalho, P. C. (2005) – Identificação e representação espacial das capitais de *civitates* da Beira Interior. In *Lusitanos e Romanos no nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 155-169.
- Carvalho, P. C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e Exploração do território na época Romana* (Conimbriga; Anexos 4). Fundação/Coimbra.
- Carvalho, P. C. (2010) – A caminho do Douro na época romana. Da capital da “*ciuitas Igaeditanorum*” aos “*territoria*” dos “*Lancienses*”, “*Araui*”, “*Meidubrigenses*” e “*Cobelci*”. In *Arqueología, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los pueblos “sin pasado”. Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero* (Eds. N. Cubas Martín, D. Hidalgo Rodríguez e M. Salinas de Frías). Aquilafuente. 171. Ed. Universidad de Salamanca, p. 125-138.
- Carvalho, P. C. (2011) - Pela Beira Interior no século I d.C. Das capitais de *ciuitates* aos *uici*, entre o Ponsul e a Estrela. In Miguel Rodrigues; Alexandra Lima e André Santos (coords.). *Actas do V Congresso de Arqueologia - Interior Norte e Centro de Portugal*. Porto: DRCN, p. 317-334.
- Carvalho, P. C.; Ribeiro, C. A.; Silva, R. C. da; Almeida, S. O. (2002) - Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimosa – Fundação (1.<sup>a</sup> campanha de prospecção intensiva). *Conimbriga*. Coimbra. 41, p. 127-152.
- Coixão, A. S.; Encarnação, J. D' (1997) - *Foz Côa romana: notas epigráficas*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
- Curado, F. P. (1979) - Epigrafia das Beiras. *Conimbriga*. Coimbra. 18, p. 139-148.
- Curado, F. P. (1985) - Epigrafia das Beiras (notas e correcções). *Beira Alta*. Viseu. 44:4, p. 641-655.
- Curado, F. P. (2002) – A ideologia tripartida dos indoeuropeus e as religiões de tradição paleohispânica no Ocidente peninsular. In José Cardim Ribeiro (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 71-77.
- Encarnação, J. d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Encarnação, J. d' (1997) - Epigrafia e território. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II: Historia Antigua*. Madrid. 10, p. 79-89.
- Encarnação, J. d' (1998) - *Estudos sobre epigrafia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

- Fernandes, L. S.; Ferreira, M.<sup>a</sup> C.; Osório, M.; Perestrelo, M. S. (2006) – Vicus e Castellum na Provincia Lusitania. Notas epigráficas e arqueológicas. *Conimbriga*. Coimbra. 45, p. 165-198.
- Ferreira, A. P. R. (2004) - *Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Garcia, J. M. (1979) - Epigrafia e romanização de Castelo Branco. *Conimbriga*. Coimbra. 18, p. 149-167.
- Garcia, J. M. (1984) - *Epigrafia Lusitano-romana do Museu Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Tavares Proença Júnior.
- ILLER = VIVES, José (1971-72) - *Inscripciones latinas de la España Romana: antología de 6800 textos*. Barcelona: Universidad.
- Jalhay, E. (1950) - Inscrições romanas do Museu da Guarda. *Brotéria*. Lisboa. 50, p. 560-572.
- Lambrino, S. (1965) - Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 2<sup>a</sup> série, 3, p. 5-73.
- Osório, M.(2006) – *O povoamento romano do Alto Côa* (Territoria; 1). Guarda: Câmara Municipal.
- Osório, M. (2009) - A Idade do Ferro no Alto Côa: os dados e as problemáticas. In Primitivo Sanabria Marcos (Ed). *Lusitanos y vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa - Alto Alentejo - Cáceres* (Memorias; 9). Museo de Cáceres, p. 95-115.
- Osório, M. (no prelo) – Mapeando o mundo romano a oriente da serra da Estrela. Actas do Simpósio Internacional “*Sociedade, Cultura e Economia nas regiões serranas da Hispânia Romana*”. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos e ARA.
- Ponte, S. da (2014) - *Um núcleo diverso de fíbulas do concelho do Sabugal (Região do Alto Côa)*. *Sabucale*. 3. Sabugal, p. 7-21.
- Prósper, B. M. (2002) - *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad (Acta salmanticensia. Estudos filológicos; 295).
- Ramírez Sánchez, M. (2011) - La epigrafía, de ciencia auxiliar a ciencia histórica. *Boletín del Archivo Histórico Provincial de Las Palmas*. 2, p. 11-33.
- Redentor, A. (2002) – *Epigrafia romana na região de Bragança* [Trabalhos de Arqueologia, 24]. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Repas, F. (2001) - *Religião na Beira Interior ao Tempo dos Romanos (Subsídios para o seu Estudo)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada. Coimbra: Faculdade de Letras.

- Ribeiro, J. C. (2014) - 'Damos-te esta ovelha, ó Trebopala!': a invocatio lusitana de Cabeço das Fráguas. *Conimbriga*. 53. Coimbra, p. 99-144.
- Sá, A. M. (2007) - *Civitas Igaeditanorum: os deuses e os homens*. Idanha-a-Nova: Município.
- Untermann, J. (2002) - A Epigrafia em língua lusitana e sua vertente religiosa. In José Cardim Ribeiro (coord.) - *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 67-70.
- Untermann, J. (2010) - Las divinidades del Cabeço das Fráguas y la gramática de la lengua lusitana. In *Porcom, Oilam, Taurom. Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto*. [Iberografias; 6]. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 81-88.
- Vasconcelos, J. L. de (1928-29) - Epigrafia do Museu Etnológico (Belém). *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1ª série, 28:1, p. 209-227.
- Vaz, J. L. da I. (1977) - Inscrições romanas do Museu do Fundão. *Conimbriga*. Coimbra, 16, p. 1-31.
- Vaz, J. L. da I. (1978) - Inscrições romanas do Museu do Fundão: adenda. *Conimbriga*. Coimbra, 17, p. 60-61.
- Vaz, J. L. da I. (1997) - *A civitas de Viseu: espaço e sociedade*. Coimbra: CCRC.
- Velázquez Soriano, I. (2008) - Los estudios epigráficos. Cuestión de métodos interdisciplinares. *Pyrenae*, 39: 1, p. 7-41.
- Vives, J. (1971-1972) - *Inscripciones latinas de la España Romana*. Barcelona: Universidad.
- Wheatley, D.; Gillings, M. (2002) - *Spatial technology and archaeology: the archaeological applications of GIS*. New York: Taylor and Francis.